



**ACÓRDÃO Nº177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12490/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea – LÁBREAPREV.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Rosifran Batista Nunes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Francisco Tullio da Silva Marinho – OAB A901.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3009/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREAPREV. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a prestação de contas do **Sr. Rosifran Batista Nunes**, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea (LABREAPREV), à época, com fulcro no art. 22, inciso III, da Lei n.º 2.423/1996 – LOTCE/AM, em razão das impropriedades II e III descritas na proposta-voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea (LABREAPREV), à época, no valor de **R\$ 20.481,60 (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)**, com fulcro no art. 54, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 2.423/1996 – LOTCE/AM, em virtude da inobservância do prazo legal para remessa dos balancetes e demonstrações contábeis mensais pelo Sistema e-Contas (**impropriedade I**), conforme determinam os arts. 15 e 20, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.º 6/1991 c/c Resolução TCE n.º 13/2015, fixando-se o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o



**ACÓRDÃO Nº177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Rosifran Batista Nunes**, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea (LABREAPREV), à época, no valor de **R\$ 14.000,00 (catorze mil)**, com fulcro no art. 54, inciso VI, da Lei n.º 2.423/1996 – LOTCE/AM, pela omissão na cobrança dos repasses estabelecidos pelos arts. 61 e 64, da Lei Municipal n.º 274/2005 (impropriedades II e III da Proposta de Voto), fixando-se o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Dar ciência** desta decisão à Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência, nos termos



**ACÓRDÃO Nº177/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, enviando-lhe cópia da proposta de voto e do Relatório Conclusivo nº 16/2021-CI/DICERP, para adotar as providências que entender cabíveis;

**10.5. Dar ciência** desta decisão ao Ministério Público do Amazonas, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, enviando-lhe cópia da proposta de voto e do Relatório Conclusivo nº 16/2021-CI/DICERP, para adotar as providências que entender cabíveis;

**10.6. Dar ciência** desta decisão ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral